



Plano Anual de Auditoria Interna TJPB

2021





APRESENTAÇÃO

A Gerência de Controle Interno (GECOI), unidade técnica de controle interno e auditoria, ligada à Presidência do TJPB, têm suas funções reguladas pelas Resoluções CNJ nº 308/2020 e 309/2020, sendo sua operação definida no TJPB no artigo 8º da Lei nº 9.316/2010 e Ato da Presidência nº 93/2017, dentre as quais destaca-se a de planejar e realizar as funções de auditoria interna do Poder Judiciário.

Os trabalhos de auditoria interna se constituem de serviços de asseguarção e consultoria, mediante a realização de fiscalizações, inspeções, treinamento e facilitações, nas áreas contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional.

Para operacionalização de sua função, a GECOI apresenta, para avaliação da Presidência do TJPB, o Plano Anual de Auditoria Interna para o ano de 2021, em cumprimento aos artigos 31 e 32 da Resolução CNJ Nº 309/2020 e art.9º da Resolução nº 171/2013, do Conselho Nacional de Justiça(CNJ), ao previsto no artigo 7º Ato da Presidência nº 93/2017 e em consonância com o Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP), para o Quadriênio de 2018-2021.

O Plano Anual de Auditoria Interna contém as ações planejadas de auditoria para o exercício de 2021, tendo sido incorporadas, além das constantes da matriz de riscos do PALP, também as demandas da gestão expressas em reunião com Juízes Auxiliares da Presidência as auditorias coordenadas do CNJ.

O dimensionamento das atividades planejadas para 2021 foi realizado considerando o quadro de pessoal da unidade, que é composto por: 01 - Gerente de Controle Interno; 01 - Analista Judiciário; 03 - Técnicos Judiciários; 01 - Auxiliar Judiciário.



PROGRAMAÇÃO DE AUDITORIA 2020 - Realização

Em 2020 a GECOI realizou 65% do plano de auditoria proposto para o exercício, sendo 6% do plano não tido sido realizado devido a suspensão do

trabalho pelo CNJ.

Dentre os trabalhos realizados, 30% foram dentro do plano original e 35% foram trabalhos substituídos ao longo do ano, tendo em vista a ocorrência da pandemia do COVID-19.

No total foram realizados 11 trabalhos de auditoria, entre avaliação, consultoria e monitoramento, o que representa em valores financeiros, para aqueles possíveis de mensurar, em uma ação em processos que somam mais de R\$ 29 milhões de reais no ano.

Quadro 1- Planejamento de Auditoria 2020- Status em novembro 2020

MACRO PROCESSO	Escopo	Avaliação do Risco	Status	Obs
Gestão de Pessoas	Gestão de pagamentos de Auxílios/Iden.e Benefícios	Alto	Concluída	
Administração	Gestão de Frota	Baixo	Substituída	Substituída por Diárias - Consultoria
Coordenadas CNJ	Gestão da Acessibilidade	CNJ	Suspensa	Não substituída
Gestão de Pessoas	Processo de Preparação e Finalização da Folha Mensal de	Crítico	Concluída	

	Pagamentos e Encargos			
Administração	Obras e serviços de engenharia - Gestão	Médio	Não realizada	
Administração	Obras e serviços de engenharia - Manutenção e Reformas	Médio	Não realizada	
Economia e Finanças	Gestão de Receitas do Fundo Especial do Poder Judiciário	Médio	Substituída	Substituída por suprimento de fundos
Tecnologia da Informação	Gestão da Contratação de TI (Planejamento, Licitações, Contratações, Fiscalização, Finalização de contratos)	Médio	Substituída	Substituída por atuação no projeto LGPD
ESMA	Gestão Financeira	Médio	Não realizada	
Administração	Gestão do patrimônio Imobiliário e mobiliário - Desfazimento	Moderado	Substituída	Substituída por Recebimento provisório e definitivo
Administração	Monitoramento SGC	Req. Adm	Concluída	
Administração	Gestão de Convênios	Req. Adm	Concluída	
Administração	Gestão de consumo de concessionárias	Req. Adm	Não realizada	
Economia e Finanças	Prestação de Contas de Penas Pecuniárias	Req. Adm	concluída	
Economia e Finanças	Regulamentação da Prestação de COntas do Poder Judiciário e	Req. Adm	Não realizada	

	Relato Integrado			
Gestão de Pessoas	Processo de Teletrabalho - conformidade, gestão e mensuração de desempenho	Req. Adm	Substituída	Substituída por consultoria no processo folha
Gestão de Pessoas	Processo de Avaliação de Desempenho - Conformidade e efetividade do processo	Req. Adm	Substituída	Substituída por consultoria no processo folha



PROGRAMAÇÃO DE AUDITORIA 2021

A programação de auditoria para 2021 foi elaborada a partir do PALP 2018, com reformulação em 2021, das demandas da administração e da programação de auditoria coordenada do CNJ.

Para que a administração possa compreender a dimensão dos trabalhos no quadriênio abarcado pelo PALP 2018, no link <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1LGoV7mAhaPFXftnqhsI-LBlgCcx6GZFrcdNxtKZFDgo/edit?usp=sharing> consta todo o detalhamento e mapa de risco do TJPB.

Segue o detalhamento da Programação sugerida para 2021, com detalhamento de escopo e tipo de serviço a ser realizado, tendo como base a seguinte nomenclatura:

- Avaliação (auditoria operacional, conformidade, contábil e especial, Fiscalização ou Inspeção);
- Consultoria;
- Monitoramento;
- Ação Coordenada CNJ.

Foi considerada na definição dos trabalhos a capacidade técnica disponível 02 equipes, sendo apenas 01 supervisor, os afastamentos por férias e licenças regulares.

Macro Processo	Escopo	Risco	Denominação no Plano	Serviço
Administração	Gestão da Contratação (Planejamento, Licitações, Contratações, Fiscalização, Finalização de contratos)	Alto	Monitoramentos: SGC; Diárias; Suprimento de Fundos; Licitação	Avaliação Contínua
Economia e Finanças	Gestão de Receitas do Fundo Especial do Poder Judiciário	Alto	Monitoramento: Gestão Orçamentário, Financeiro e Fiscal e Gestão de Receitas do Fundo Especial	Avaliação Contínua
Tecnologia da Informação	Governança de TI Gestão administrativa e Operacional	Alto	Avaliação: Governança de TI, Gestão de segurança da informação, administrativa, operacional e de contratação	Avaliação
Tecnologia da Informação	Avaliação do Sistema de Gestão de segurança da Informação do TJ/PB	Alto	Avaliação: Governança de TI, Gestão de segurança da informação, administrativa, operacional e de contratação	Avaliação
Economia e Finanças	Gestão Orçamentária, Financeira e Fiscal	Crítico	Monitoramento: Gestão Orçamentário, Financeiro e Fiscal e Gestão de Receitas do Fundo Especial	Avaliação Contínua
Administração	Lei Geral de Proteção de Dados	Médio	LGPD	Avaliação
Administração	Monitoramento Contínuo - Contratos no SGC	Médio	Monitoramentos: SGC; Diárias; Suprimento de Fundos; Licitação	Avaliação Contínua

Tecnologia da Informação	Gestão da Contratação de TI (Planejamento, Licitações, Contratações, Fiscalização, Finalização de contratos)	Médio	Avaliação: Governança de TI, Gestão de segurança da informação, administrativa, operacional e de contratação	Avaliação
Tecnologia da Informação	Cumprimento das metas estabelecidas no Plano Estratégico da Tecnologia da Informação (PETI)	Médio	Avaliação: Cumprimento das metas estabelecidas no Plano Estratégico da Tecnologia da Informação	Avaliação
Administração Geral	Obras e serviços de engenharia - Gestão	Médio	Avaliação: Obras e serviços de engenharia - Gestão e Manutenção e Reformas	Avaliação
Administração Geral	Obras e serviços de engenharia - Manutenção e Reformas	Médio	Avaliação: Obras e serviços de engenharia - Gestão e Manutenção e Reformas	Avaliação
Segurança Institucional e do Trabalho	Gestão de segurança no trabalho para servidores, magistrados e terceirizados	Médio	Avaliação: Gestão de segurança no trabalho para servidores, magistrados e terceirizados	Avaliação
Economia e Finanças	Relato Integrado e Prestação de Contas	Médio	Consultoria: Relato Integrado e Prestação de Contas	Consultoria
Economia e Finanças	Avaliação dos procedimentos de depreciação dos bens permanentes	Médio	Avaliação e Consultoria: Procedimentos de depreciação dos bens permanentes	Avaliação e Consultoria
Administração Geral	Gestão do patrimônio Imobiliário e mobiliário - Desfazimento	Médio	Avaliação: Gestão do patrimônio Imobiliário e mobiliário e desfazimento	Avaliação

Economia e Finanças	Suprimento de Fundos	Moderado	Monitoramentos: SGC; Diárias; Suprimento de Fundos; Licitação	Avaliação Contínua
Economia e Finanças	Monitoramento Contínuo -Diárias	Moderado	Monitoramentos: SGC; Diárias; Suprimento de Fundos; Licitação	Avaliação Contínua
	Auditoria de Cartórios Extrajudiciais	Requisito Administração	Avaliação e Consultoria: de Cartórios Extra Judiciais	avaliação e Consulto
Administração	Ação Coordenada CNJ	Sem avaliação	Ação Coordenada CNJ	Avaliação
AUDITORIA GECOI	Monitoramentos Gerais	Sem avaliação	Follow up	Follow up
AUDITORIA GECOI	Apoio a órgãos externos (CNJ/TCE)	Sem avaliação	Monitoramento: Órgãos Externos	Avaliação



Plano de Capacitação GECOI 2020

Para possibilitar o desenvolvimento das atividades constantes deste PAA, e atender a determinação contida no artigo 69 da Resolução CNJ nº 309/2020, os servidores lotados nesta GECOI precisarão contar com 40 horas por ano de capacitação.

Considerando as habilidades e necessidades internas, foram selecionados os seguintes tópicos a serem abordados nas capacitações a serem realizadas em 2021: IPPF, Fraude, Analytics para auditoria interna e Relatórios de Auditoria e Gestão de Riscos e Controles Internos.

Para possibilitar a integração com demais membros das auditorias do Judiciário e troca de conhecimentos indica-se a necessidade de participação dos membros da GECOI em dois eventos: a) Fórum de servidores das auditorias do Judiciário e b) Congresso Brasileiro de Auditoria Interna.

A realização das capacitações serão gerenciadas pela GECOI juntamente com a DIADM logo que autorizado esse Plano.

Encaminhamento

Nos termos do Ato da Presidência nº 93/2017, submete-se o PAA à Presidência do TJPB para análise e aprovação, ressaltando-se que novos alinhamentos de diretrizes ou mudanças no perfil de risco dos processos, pode resultar em ajustes nesta proposta ao longo de sua execução.

João Pessoa, 10 de novembro de 2020

Rossana Guerra de Sousa

Gerente GECOI



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
PRESIDÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2020162948

Vistos.

Homologo o parecer do Juiz Auxiliar da Presidência. Pelas mesmas razões ali expostas, aprovo o Plano Anual de Auditoria (PAA) a ser executado no exercício de 2021, incluindo a proposta de capacitação dos servidores lotados na Gerência de Controle Interno, ficando, todavia, as autorizações para as contratações respectivas condicionadas à existência de disponibilidade financeira e orçamentária.

Publique-se.

Após, à GECOI, para conhecimento e adoção das providências a seu cargo.

Cumpra-se.

João Pessoa, datado e assinado eletronicamente.

DESEMBARGADOR MÁRCIO MURILO DA CUNHA RAMOS
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA